

# Saúde mental em Brasília

**Rose Mary Miranda**

Em boa hora o Movimento Pró-Saúde Mental no Distrito Federal teve o seu lançamento na Câmara Legislativa.

A complexidade do assunto requer de cada um de nós integrantes da sociedade, tanto na qualidade de governo — os governantes; na qualidade de representantes do povo — os parlamentares, em todos os níveis: federal, estadual e municipal; os técnicos da área de saúde mental — médicos, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais ligados à área; e, por fim, a sociedade a quem cabe ou deveria caber a decisão maior de debater sobre o assunto.

É preciso discutir em todos os lugares — nos lares, nos hospitais, nas repartições e até nos logradouros públicos — os aspectos que envolvam a saúde mental.

Há pouco tempo defendemos na tribuna da Câmara Legislativa a permanência de uma clínica de saúde mental que estava sendo objeto de desapropriação para possível demolição. Gostaria de deixar claro que nosso posicionamento em defesa da manutenção daquela entidade não está, nem esteve ligado aos aspectos técnicos sobre a metodologia que devia, ou não, ser aplicada na terapia do doente mental.

Quanto a esta, entendo que os profissionais da área devam assumir as responsabilidades dos procedimentos a serem adotados. Entretanto, enquanto não tivermos com clareza a política que o setor deve assumir, precisamos, pelo menos, impedir que se elimine os poucos equipamentos de que dispõe a sociedade para minimizar os sofrimentos e as agruras por quais passa.

A controversa tese de que o tratamento mental deva ser colocado, a cada dia, mais distante dos interna-

mentos, que tendem a tornar-se vitais, ecoa agradavelmente em nosso raciocínio. Contudo, entendemos que movimentos de tamanha magnitude somente prosperarão se apoiados por uma política voltada para a sua real consecução. Sabemos que internar um doente, aplicar-lhe maciças doses de sedativos e depois retorná-lo à sociedade, antes de lhe ter ministrado uma psicoterapia, isto é, tê-lo libertado das causas da doença, e não somente dos seus efeitos, é um paliativo de curta duração, que implicará novas e cada vez mais frequentes internações, até o momento em que a alta já não é mais possível, e, aí, a sociedade perde a possibilidade de recuperar um de seus membros e a rede hospitalar ganha um interno que ocupará mais um leito, até quando já não é possível a vida ser preservada.

Temos ouvido por parte dos governantes que a adoção de nova metodologia no tratamento da doença implica maior tempo e mais dinheiro. Que os altos custos decorrentes do emprego de tais métodos estão fora do alcance dos cofres públicos.

É lamentável que tais concepções ainda perdurem em nossos dias. Gostaríamos de discordar. Em princípio, por que entendemos que a vida não tem preço. Proporcionar tratamento com dignidade e, ainda mais quando a perspectiva é retornar à sociedade um de seus integrantes que já se encontra dela alijado; proporcionar à família o bem-estar e a alegria do convívio; devolver a possibilidade de retorno ao mercado de trabalho, são algumas das justificativas que não encontram contestação. Por outro lado, se a saúde é um direito do povo e um dever do estado, que sejam encontrados os meios para tornar realidade esse preceito.

Estamos assistindo diariamente, pelos meios de comunicações, os problemas sofridos pela população brasileira, em função dos desgovernos que a Previdência Social tem re-

cebido em suas administrações. Não estranhemos os fatos hoje mostrados ao público, o que estranhemos é que somente agora o assunto tenha tido a atenção de que deveria ter sido alvo diuturnamente. Se tal atenção tivesse existido, não teríamos as intermináveis filas nos guichês dos hospitais; não veríamos nossos irmãos padecerem até a morte sem assistência médica; não teríamos a alarmante mortalidade infantil hoje registrada. Ao invés de fazermos medicina curativa, estaríamos mais empenhados na medicina preventiva; e os trabalhadores teriam, sem dúvida, menores desajustamentos mentais porque não estariam recebendo os míseros valores ora pagos aos aposentados e pensionistas da Previdência Social, fatos que em muito colaboram com os desajustamentos sociais e mentais.

Por tudo isso, julgamos oportuno o lançamento do Movimento Pró-Saúde Mental no Distrito Federal, e, gostaríamos de deixar claros nosso compromisso e nossa efetiva participação em movimentos dessa natureza. Sempre estivemos abertos, à participação, ainda mais quando tal participação visa a levar ao povo o direito que há muito lhe tem sido negado.

Recentemente, fizemos um pronunciamento na Câmara Legislativa sobre a necessidade da adoção de maiores cuidados para com os deficientes. Relatamos as carências denunciadas pelos moradores da Quadra 11, do Setor Oeste do Gama. Agora, com o lançamento do Movimento Pró-Saúde Mental no DF, estamos procurando encontrar meios para adoção de uma política voltada para a saúde mental. Não nos conformaremos enquanto não virmos esta sociedade, sendo objeto de atenção, visando pelo menos a minorar seus sofrimentos.

■ Rose Mary Miranda é deputada distrital pelo PTR